

Comunicado reflete ausência de decisões

ROBERT APPY

WASHINGTON — O comunicado do comitê interino do conselho dos governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado ontem cedo pelo presidente do órgão, Onno Ruding, ministro das Finanças dos Países Baixos, e pelo diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, em entrevista coletiva, mostra que não houve consenso entre os países associados sobre o aumento das cotas dos participantes, o que impede qualquer inovação na atuação do FMI.

Apesar das suas 190 linhas, o comunicado é vazio e inócuo. As cotas dos 152 países-membros do FMI alcançam US\$ 120 bilhões, das quais os Estados Unidos detêm 19,9%, o Reino Unido, 6,9%, a Alemanha Ocidental 6%, a França 5% e o Japão apenas 4,7%. A distribuição das cotas, que determina os votos na institui-

ção, não foi discutida. O Japão pretende aumentar sua contribuição, mas quer ter mais peso nas decisões.

Qualquer aumento significativo da participação do Japão, a não ser que outros países aceitem reduzir suas cotas, pode implicar o fim do poder de veto dos Estados Unidos. Além disso, o Congresso norte-americano reluta em aumentar os recursos dos EUA no FMI (o que não teria grande efeito monetário, pois seria em boa parte aumento contábil).

Segundo o comunicado do comitê interino do FMI, espera-se chegar a uma conclusão antes do fim do ano. Entretanto, a próxima reunião está marcada para 7 de maio de 1990, sem referências a qualquer antecipação de convocação. Camdessus gostaria de elevar o capital do FMI para US\$ 240 bilhões. O aumento dos recursos do FMI, porém, passa por um processo demorado. O comitê interino tem, inicialmente, de fixar o total do aumento e as cotas dos países-membros. As cotas, em seguida, são discutidas em cada país, no Congresso. É um processo que exige pelo menos dois anos. Ruding admitiu a necessidade de um aumento entre 50% e 67%, mas nunca de 100%. A data marcada para a próxima reunião do comitê não é, como poderia parecer, apenas uma questão formal. O FMI, que desejaria conhecer os recursos disponíveis em 1992, se sente impedido de agir de maneira mais ampla justamente quando o Plano Brady exige dele maior atuação e quando todos os países-membros concordam em dar ajuda importante a dois países do Leste Europeu, Polônia e Hungria, sem contar que a China também poderá pedir socorro.

Esse quadro de incertezas explica, certamente, a redução do espaço dado no comunicado à questão da dívida externa do Terceiro Mundo. O comitê também reafirmou a opinião segundo a qual os credores oficiais não devem substituir os credores privados.